



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

SÚMULA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PRESIDENTES

Brasília - DF, 22 de maio de 2019

DATA: 10 de abril de 2019
1 – VERIFICAÇÃO DO QUORUM

Resolução 1012/2005: Art. 16. O quórum para instalação e funcionamento da reunião do Colégio de Presidentes corresponde ao número inteiro imediatamente superior à metade dos membros presentes à reunião.

A – PRESENCAS NA REUNIÃO:	
A.1- MEMBROS DO COLÉGIO DE PRESIDENTES	
Eng. Civ. Joel Krüger	Presidente do Confea
Eng. Agr. Carminda Luzia Silva Pinheiro	Presidente do Crea-AC
Eng. Civ. Fernando Dacal Reis	Presidente do CREA-AL
Eng. Civ. Afonso Luiz Costa Lins Junior	Presidente do Crea-AM
Eng. Civ. Edson Kuwahara	Presidente do Crea-AP
Eng. Civ. Luiz Edmundo Prado de Campos	Presidente do Crea-BA
Eng. Civ. Emanuel Maia Mota	Presidente do Crea-CE
Eng. Civ. Maria de Fátima Ribeiro Có	Presidente do Crea-DF
Eng. Civ. Lúcia Helena Vilarinho Ramos	Presidente do Crea-ES
Eng. Agr. Francisco Antônio Silva de Almeida	Presidente do Crea-GO
Eng. Eletric. Berilo Macedo da Silva	Presidente do Crea-MA
Eng. Civ. Lúcio Fernando Borges	Presidente do Crea-MG
Eng. Agr. Dirson Artur Freitag	Presidente do Crea-MS

Eng. Agr. João Pedro Valente	Presidente do Crea-MT
Eng. Civ. Carlos Renato Milhomem Chaves	Presidente do Crea-PA
Eng. Civ. Antonio Carlos de Aragão	Presidente do Crea-PB
Eng. Civ. Evandro de Alencar Carvalho	Presidente do Crea-PE
Eng. Civ. José Mendes de S. Moura	Vice-Presidente do Crea-PI
Eng. Civ. Ricardo Rocha de Oliveira	Presidente do Crea-PR
Eng. Eletric. Antônio Cosenza	Presidente do Crea-RJ
Eng. Civ. Ana Adalgisa Dias Paulino	Presidente do Crea-RN
Eng. Ftal. Carlos Antonio Xavier	Presidente do Crea-RO
Eng. Agr. Wolney Costa Parente Júnior	Presidente do Crea-RR
Eng. Civ. e de Seg. do Trab. Alice Helena Coelho Scholl	1ª Vice-Presidente do Crea-RS no exercício da presidência
Eng. Agr. Ari Geraldo Neumann	Presidente do Crea-SC
Eng. Agr. Arício Resende Silva	Presidente do Crea-SE
Eng. de Telecom. Vinícius M. Marinelli	Presidente do Crea-SP
Eng. Civ. Marcelo Costa Maia	Presidente do Crea-TO

A.2 - Diretoria da Mútua

Eng. Civ. Paulo Roberto de Q. Guimarães	Diretor Executivo
Eng. Agr. e Seg. do Trabalho Cláudio Pereira Calheiros	Diretor de Tecnologia

A.3 - Conselheiros Federais

Eng. Eletric. Edson Alves Delgado (Vice-Presidente do Confea)	
Eng. Prod. Mec. Zerisson de Oliveira Neto (CAIS e Conselho Diretor)	
Eng. Agr. João Bosco de Andrade Lima Filho (Coordenador da CAIS)	
Eng. Mec. Ronald do Monte Santos (CEEP)	
Geol. Waldir Duarte Costa Filho (CAIS)	
Eng. Mec. Carlos de Laet Simões Oliveira (Crea-ES)	

A.4 - Assessores e funcionários do Confea

GAB	Adriane Chandelier
-----	--------------------

PROJ	Igor Tadeu Garcia
SIS	Reynaldo Barros
APAR	Guilherme Alvarenga

Equipe de Apoio

Fabyola Gleyce da Silva Resende	Gerente GRI
José Fernandes Leite	Analista GRI
Fernando Henriques	Assistente GTI
Neuzi Maria dos Santos Lima	Assistente GRI

2 – CERIMONIAL DE ABERTURA

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DOS TRABALHOS

Coordenador do CP:	Eng. Civ. Antonio Carlos de Aragão	
Coordenador Adjunto:	Eng. Agr. Wolney Costa Parente Júnior	
Presidente do Confea	Eng. Civ. Joel Krüger	
Presidente da Mútua:	Eng. Civ. Paulo Roberto de Queiroz Guimarães	
Presidente do Crea-DF	Eng. Civ. Maria de Fátima Ribeiro Có	
	3 – CERIMONIAL DE ABERTURA	

A Cerimônia de Abertura da Primeira Reunião Extraordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, realizada na cidade de Brasília-DF, no período de 10 e 11 de abril de 2019, teve início às 09h20 com a Mesa Diretora dos Trabalhos composta na ordem descrita no item acima (2.1). Na sequência, prosseguiu-se a solenidade e, como ato de cidadania e patriotismo, ouviram o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Estado de Manaus.

O Coordenador do Colégio de Presidentes explicou que o objetivo da reunião extraordinária é o de discutir e propor ações quanto ao enfrentamento de emendas à Medida Provisória nº 873, de 2019. No entanto, haverá espaço para alguns informes sem que haja apresentação e aprovação de propostas referentes a outros assuntos.

4 – INFORMES POLÍTICOS INSTITUCIONAIS		
4.1	ASSUNTO:	Informes do Coordenador do Colégio de Presidentes
	RELATOR:	Eng. Civ. Antonio Carlos de Aragão

	<p>O Eng. Civ. Antonio Carlos de Aragão saudou os presentes e desejou uma boa reunião a todos. Iniciou fazendo esclarecimentos sobre a pauta, especialmente sobre a relevância do tema da extraordinária – Medida Provisória 873/2019 e suas emendas, como também enalteceu a iniciativa dos Presidentes de Creas do Sudeste que pediram o agendamento desta reunião, a qual atendeu prontamente. Caso as emendas da MPV venham a ser aprovadas, será muito ruim para o Sistema Confea/Crea, como também para a sociedade, que será prejudicada no aspecto fiscalização de obras e serviços. Frisou que no espaço para informes no dia 11/04 à tarde haverá oportunidade dos Presidentes dos Creas para trazerem assuntos para conhecimento de todos, mas que não se poderá fazer propostas de temas distintos ao objetivo da extraordinária que é a MPV 873/2019. Disse que a assembleia irá discutir procedimentos quanto à indicação de obras pelos Creas no âmbito da Proposta nº 08/2019 – PPAs, da lavra do Crea-PE, inclusive teremos a presença de assessores para tirar dúvidas. A pedido do Pres. do Crea-PR, Eng. Civ. Ricardo Rocha de Oliveira, o coordenador colocou em votação a inversão da pauta para aproveitar a presença do Pres. do Confea neste dia, amanhã ele estará viajando, trazendo para discussão o item 2 do dia 11/04 referente a informes, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Disse que alguns Conselheiros Federais, especialmente coordenadores de comissões permanentes, falaram que o CP precisa melhorar a qualidade das propostas, instruí-las melhor. Falou que participou da última plenária do Confea e os conselheiros têm se colocado à disposição do CP quanto à agilidade no trâmite das propostas e dentro do possível de suas aprovações. Solicitou a todos os presidentes que, em comum acordo com a Resolução nº 1.012, de 2005, encaminhem os assuntos para serem pautados antes de 15 dias da reunião, especialmente as propostas, haja vista que estas irão ser formatadas previamente pela assessoria do Confea. Aquelas sugestões que chegarem próximas, ou durante a reunião, serão inseridas na extra-pauta e só irão para apreciação se houver tempo para isso. Finalizou esclarecendo que qualquer proposta tem de vir por escrito, devidamente formatada, conforme o disposto na Resolução nº 1.012, de 2005.</p>	
4.2	<p>ASSUNTO: RELATOR:</p>	<p>Informes do Presidente do Confea Eng. Civ. Joel Krüger</p>
	<p>O Presidente do Confea, Eng. Civ. Joel Krüger, após saudar os presentes fez uma explicação quanto à finalidade da reunião extraordinária, que é a de discutir ações referentes à MPV 873/2019, especialmente as emendas que tornam facultativas o pagamento das anuidades dos conselhos profissionais. Assim, não pode sair desta reunião qualquer proposta que não seja referente a este assunto da extraordinária, que é específico, como ocorre no Plenário do Confea. Caso essas emendas venham a ser aprovadas, afetarão negativamente na sustentabilidade do Sistema Confea/Crea. Passou a discorrer sobre os seguintes assuntos: <i>1 - Quanto aos novos modelos de ART, informou que a Plenária não acatou nova prorrogação para que os Creas implantem os novos modelos de ART previstos na Resolução nº 1.025/09, ficando até 15 de abril para isso ser feito, esse foi antigo prazo previsto em decisão plenária; 2 – Informou aos Presidentes dos Creas que se encontram disponíveis convites impressos para o lançamento da SOEA em Palmas-TO, que até retornarem aos seus estados podem pegá-los com os colaboradores do Confea; 3 – Vamos discutir na próxima reunião do CP, de 8 a 10/05/2019, em Palmas-TO, a indicação da sede da próxima SOEA em 2020 e, na oportunidade, iremos apresentar Brasília como candidata a ser a anfitriã desse importante evento; 4 – Em 2018 o Confea fez uma licitação para aquisição de uma grande quantidade de carteiras, tendo este material sido distribuído aos Creas. Daqui para frente os Creas irão adquirir os seus próprios materiais e confeccionar as carteiras, mesmo porque os profissionais pagam os seus custos com as taxas cobradas pelos Regionais; 5 – Estamos na expectativa de realizar uma parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, envolvendo três Creas – SP, RJ e PA, com vistas à implantação de três laboratórios estratégicos de pesquisas. O MCTIC entrará no convênio com a equipe técnica e os Creas irão dar apoio na logística e por meio de seus setores de fiscalização. Foi o referido Ministério que sugeriu as parcerias, nesse momento, com os mencionados Conselhos Regionais. Todavia, precisamos do que os presidentes desses conselhos concordem com essa parceria para que possamos agilizar as adesões e os documentos oficiais; 6 - Em relação a MPV nº 873/2019, o seu texto original trata apenas de imposto sindical. Porém, dentre as diversas emendas apresentadas pelos Deputados, temos algumas (166, 167 e 395) que tornam facultativos os pagamentos das anuidades. Se isto for</i></p>	

aprovado, teremos um impacto negativo muito grande na arrecadação, porque pouca gente pagaria as anuidades, e atingiria principalmente a Mútua, pois não teria como o Confea repassar 20% para esta Caixa de Assistência. O Presidente do Senado, Sen. Davi Alcolumbre, comprometeu-se pela não aprovação dessas emendas, como também vários Deputados consultados se manifestaram contra essas emendas. Até o momento ainda não foram definidos o presidente e o relator da Comissão Mista que irá analisar a MPV 873/2019. A melhor oportunidade de luta que temos é perante essa comissão mista, pois seria mais fácil derrubá-la ali do que no Plenário da Câmara. Informamos que já existem Creas mobilizando deputados e senadores nas bases, alguns com estratégia de organizar café-da-manhã com eles. Recomendo duas ações perante a situação: a) atuar nas bases junto a deputados e senadores, haja vista que corresponde ao reduto eleitoral deles; b) o Confea, conjuntamente com os Creas, deve fazer ações no Congresso Nacional, especialmente junto às lideranças de partidos. O Conselho, formado pelo Confea e outros conselhos profissionais, também se encontra se movimentando, tais como OAB, CAU, Medicina, Enfermagem e outros. Nas quartas-feiras não é bom fazer ações junto ao Congresso Nacional e sim nas quintas-feiras. Justificou a sua ausência amanhã nesta reunião extraordinária, uma vez que irá viajar ainda hoje para São Paulo para participar da reunião do plenário do Crea-SP amanhã. Este compromisso já tinha sido feito anteriormente com o Presidente Vinícius. No entanto, o Vice-Presidente Cons. Fed. Delgado ficará disponível para participar das atividades desta extraordinária nessa quinta-feira, principalmente na ida já programada ao Congresso Nacional.

4.3	ASSUNTO: RELATOR:	Informes do Presidente da Mútua Eng. Civ. Paulo Roberto de Queiroz Guimarães
		O Presidente da Mútua, Eng. Civ. Paulo Roberto de Queiroz Guimarães, iniciou a sua fala cumprimentando a todos. Falou da importância do fortalecimento do Sistema Confea/Crea neste momento, pois o pagamento da anuidade sendo optativa, isso acarretará num impacto muito negativo na sobrevivência do Sistema Confea/Crea e Mútua. Acusou a presença do Diretor de Tecnologia da Mútua, Eng. Agr. e Seg. do Trabalho Cláudio Pereira Calheiros.
4.4	ASSUNTO: RELATOR:	Informes do Coordenador Adjunto do Colégio de Presidentes Eng. Agr. Wolney Costa Parente Júnior
		Saudou aos presentes e disse da importância desta reunião extraordinária devido à gravidade do contido nas emendas da MPV nº 873/2019. Finalizou desejando uma ótima reunião a todos.
4.5	ASSUNTO: RELATOR:	Informes do Vice-Presidente do Crea-DF Eng. Civil Pedro Luiz Delgado Assad
		Cumprimentou os membros da mesa e demais presentes à assembleia. Justificou o atraso da Eng. Civ. Maria de Fátima Ribeiro Có, Presidente do Crea-DF, devido a dois importantes compromissos anteriormente agendados, mas que ela virá o mais rápido possível. Fez votos de uma reunião de sucessos.
4.6	ASSUNTO: RELATORA:	Informes da Presidente do Crea-DF Eng. Civ. Maria de Fátima Ribeiro Có

	<p>Iniciou a sua fala saudando a todos os presentes e justificou o seu pequeno atraso por conta de compromissos previamente agendados com duas entidades de classes. Foi pega de surpresa, mas que aceita com muito agrado a proposta do Pres. Joel em realizar 77ª SOEA em Brasília. Deu boas-vindas a todos e desejou sucessos na reunião, especialmente na ação parlamentar.</p>	
4.7	<p>ASSUNTO:</p> <p>RELATOR:</p>	<p>Informes do Presidente do Crea-MT</p> <p>Eng. Agr. João Pedro Valente</p>
	<p>Falou que tem uma lista de várias indagações a fazer ao Pres. Joel, mas se limitará às seguintes: 1) foi apertado pelos conselheiros do Crea-MT na última sessão plenária quanto à questão de Ensino a Distância. Muitos deles gostariam que o Conselho Regional não registrasse os egressos de cursos de EAD nas áreas da engenharia e agronomia. Tem conhecimento de que outros conselhos profissionais estão legislando no sentido de barrar os registros de egressos de cursos de EAD.; 2) na reformulação orçamentária do Confea que ocorrerá em abril o Pres. Joel já tem definição de como serão as condições de repasses de recursos do Prodesu para que não se perca projetos?</p> <p>O Pres. Joel assim respondeu: <i>1 – Quanto à questão do EAD, já conversamos com os Conselheiros Federais, com a PROJ e com a CEAP, tendo esta ficado de elaborar um projeto de resolução nessa linha, lembrando que o assunto ainda teria de passar na CONP. Temos que pagar pra ver, ou seja, quem vai pagar a conta quando vierem as ações regressivas no caso do Confea lançar uma resolução para barrar os registros dos egressos de EAD? Serão os Conselheiros Federais? Será o Presidente do Confea? Temos que ser cautelosos sobre o assunto, pois não há base jurídica para fazer legislação interna que proíba os mencionados registros. É verdade que outros conselhos profissionais têm feito algo nesse sentido, mas trata-se de um enfrentamento que irá provocar ações judiciais. Tem conhecimento de que o Crea-RS tem barrado registros nesses casos e seria interessante que a representante desse Regional depois esclarecesse essa situação. Em 2015 esse tema foi tratado por um Grupo de Trabalho, tendo o relatório sido aprovado pelo Plenário do Confea, PL-1768/2015, e um dos itens constantes nesta decisão é que não podemos barrar os registros de egressos de EAD nas áreas de nossa competência. Existem notícias de que escolas de EAD têm “esquentado” diplomas ao fazerem no final dos cursos as transferências de seus alunos para escolas presenciais. 2 – A reformulação do orçamento já se encontra na CCSS e que falou com o Coordenador Cons. Fed. Modesto para que houvesse a deliberação desta Comissão Permanente para que o assunto venha a Plenário ainda neste mês de abril. Nessa proposta de reformulação orçamentária temos a previsão de obras para os Creas; os acréscimos com diárias e passagens para os eventos dos fóruns consultivos, advindo com a reforma da Resolução nº 1.012, de 2005, no final do ano. Lembro que uma determinada obra não podemos liberar recursos de mais de uma linha, ou seja, para o mesmo objeto uma mesma linha de recursos. Mas, numa mesma linha podemos ter mais de um objeto (obra). Os recursos podem ser usados para construções e obras, mas tinha dívida e perguntou ao Superintendente da SIS, Reynaldo Rocha Barros. Este esclareceu que a ideia principal é aquela acordada anteriormente, ou seja, as regras de liberação de recursos seriam apenas para construções, obras novas. O Pres. Joel propôs ao Coordenador Aragão que, conjuntamente com a SIS, devemos dialogar sobre as regras de liberação de recursos para obras, com vista à inclusão de reformas de prédios.</i></p> <p>O Pres. do Crea-PE, Eng. Civ. Evandro de Alencar Carvalho, falou que precisamos ter cuidado porque antes aconteceu de se acordar determinada coisa com os presidentes dos Creas e as normas saíram de outra forma. As regras têm que ser mais claras, mas que se precisa avançar no sentido de incluir as reformas.</p> <p>O Pres. Edson do Crea-AP tem o mesmo entendimento do Pres. Evandro, lembrando a existência de uma antiga decisão plenária que falava em construção e reforma de prédios para sede e inspetorias.</p> <p>Pres. do Crea-AM, Eng. Civ. Afonso Luiz Costa Lins Junior, falou da necessidade de se incluir a reforma do prédio nos recursos, mesmo porque existem prédios que não precisam ser derrubados, apenas reformá-los, ou construir outras partes. Por exemplo, na sede do Crea-AM precisamos implantar um elevador. Esclareceu que o dia correto do “Engenheiro Militar” é 3 de agosto e não 10/04. Hoje é a data comemorativa da “Arma da Engenharia” e não do “Engenheiro Militar”.</p> <p>Pres. Crea-MA, Eng. Eletric. Berilo Macedo da Silva, perguntou ao Pres. Joel se o recurso que está sendo contemplado na reforma orçamentária vai para todos os Creas? O</p>	

	Pres. Joel respondeu que vai alinhar com presidentes dos regionais e, caso sejam os recursos distribuídos para todos, teremos menos dinheiro para cada Crea. Sugeriu fazer esta distribuição em duas etapas, caso algum Crea não utilize os recursos disponíveis, então este saldo iria para outros Creas.	
4.8	ASSUNTO: RELATOR:	Informes do Presidente do Crea-RN Eng. Civ. Ana Adalgisa Dias Paulino
	Informou que foi aprovada na última Plenária do Confea o Plano de Comunicação e, está previsto, que cada Estado será contemplado com dois <i>outdoors</i> . Saímos bastante fortalecidos na Ação Parlamentar e um Deputado do Rio Grande do Norte se comprometeu em falar com o Presidente da Comissão e o Relator da Comissão Mista sobre o caso, em prol do Conselho.	
4.9	ASSUNTO: Informes da Presidente do Crea-AC RELATORA: Eng. Agr. Carminda Luzia Silva Pinheiro	Iniciou questionando se os projetos referentes aos Congressos Regionais para o CNP precisam serem aprovados pelo Plenário do Confea. O Superintendente Reynaldo Barros informou que, em consonância com as decisões do Confea, esses processos serão analisados apenas pela GDI. A Pres. Carminda continuou informando que cada parlamentar visitado na “Ação Parlamentar” efetuada ontem disseram que têm consciência da gravidade das emendas a MPV nº 873/2019.
4.10	ASSUNTO: RELATOR:	Informes do Conselheiro Crea-PR Eng. Civ. Ricardo Rocha de Oliveira
	Sugeriu que o assunto sobre EAD fosse pautado para a reunião em Palmas-TO. Seria bom que a CEAP apresentasse diretrizes para essa reunião. Questionou se a análise nos processos de registro de egressos de cursos de EAD seriam as mesmas para os cursos presenciais. Seria bom que fosse pautado as questões de liberação de recursos para reforma de obras para Palmas. Disse que vai enviar aos demais presidentes um vídeo formalizado pela Juliane acerca do GT Arquivologia, lembrando que ela foi indicada pelo CP para compor esse grupo.	
4.11	ASSUNTO: Informes do Presidente do Crea-BA RELATOR: Eng. Civ. Luis Edmundo Prado de Campos	Expressou seu descontentamento com o determinado Conselheiro Federal, o qual, na última Plenária do Confea, questionou o fato do CP tem marcado reuniões em cidades turísticas. Agradeceu a Viviane quanto ao trabalho em Brasília junto ao Congresso Nacional. Informou que o líder da bancada da Bahia, Dep. Daniel Almeida, sugeriu como estratégia deixar o assunto referente às emendas da MPV 873/2019 em suspenso, para que caia no esquecimento e venha a ser arquivado. Quanto à questão do EAD, podemos limitar atribuições dos egressos e não impedir os seus registros. Tem inserido nas publicações do Crea-BA que a permanência ou extinção do conselho passa pela obrigatoriedade ou não do pagamento da anuidade. Todavia, a desregulamentação do conselho seria bem pior que o pagamento optativo da anuidade. Falou que os profissionais baianos estão indignados com a multa de 20% referente ao atraso do pagamento da anuidade. No que concerne ao PRODESU, temos que fazer um compartilhamento, um acordo entre nós. Não é justo o mesmo valor distribuído igualmente para todos, devido as diferenças estruturais existentes nos Creas. Por exemplo, não é justo um Crea que fez um Acordo Coletivo com os funcionários, não podendo honrar com os termos avençados, venha a receber ajuda do Confea. Tem de haver responsabilidade do gestor nessas questões. O Pres. Joel disse que Foz de Iguaçu - PR, por exemplo, é uma cidade turística que tem mais estrutura que Curitiba – a Capital, em termos de logística (hotéis, aeroporto,

	<p>restaurantes etc). É de praxis que os grandes eventos do Paraná ocorram nessa cidade. Houveram duas SOEAs lá. O CP deve entrar num acordo e apresentar uma proposta de distribuição dos recursos para obras ao Confea. A multa de 20% se encontra prevista na Lei nº 5.194/66, tendo esta afirmação sido corroborada pelo Procurador Jurídico do Confea, o Dr. Igor Garcia.</p>	
4.12	<p>ASSUNTO: Informes do Pres. do Crea-ES</p> <p>RELATOR: Eng. Lúcia Helena Vilarinho Ramos</p> <p>Ficou feliz com a Ação Parlamentar ocorrida ontem (09/04). Também se encontra bombardeada pelos conselheiros do Crea-ES sobre a questão de EAD. No ano passado realizamos o fórum de educação sobre EAD. Há diversas universidades ofertando cursos de EAD no Espírito Santo e nós só registramos esses cursos se tiverem polos no Estado. Também há muitas reclamações dos profissionais quanto à multa de 20% por atraso de anuidade.</p>	
4.13	<p>ASSUNTO: Informes do Crea-PE</p> <p>RELATOR: Eng. Civ. Evandro de Alencar Carvalho</p> <p>Levantou a questão da Proposta nº 08/2019 do CP, que se refere à inclusão de quatro obras por Estado nos PPAs. O Coord. Aragão pediu para que o assunto seja discutido amanhã à tarde, o que foi aceito pelos presentes à reunião, pois está sendo discutida uma proposta no Gabinete do Confea.</p>	
4.14	<p>ASSUNTO: Informes do Procurador do Confea</p> <p>RELATOR: Dr. Igor Tadeu Garcia</p> <p>Iniciou fazendo uma breve apresentação sobre a MPV nº 873/2019, tendo discorrido sobre: a) o que ela traz no seu bojo; b) espécie normativa primária/geral/força de lei; c) as Emendas Parlamentares (relação de pertinência temática; resolução 01/2002 do Congresso Nacional; ADIN 5127/DF; Emendas “Jabutis”/Contrabando legislativo; d) controle dos pressupostos da MP 873/2019 (relevância e urgência do texto original – estado de necessidade; inadequação financeira e orçamentária; inserção de matérias estranhas; rejeição da medida e da conversão em lei e controle judiciário/repressivo; e) considerações gerais – falou da confusão conceitual entre imposto sindical e contribuição social e outras características; e f) vícios formais e materiais na MPV 873/2019. Acerca das dúvidas suscitadas pelos participantes, assim se manifestou: 1) a anuidade tem caráter de tributo, uma vez que somos de Direito Público Interno, enquanto que as anuidades dos sindicatos são taxas, pois estes são de Direito Privado. Geralmente há confusão de natureza conceitual, pois a contribuição sindical é diferente anuidade profissional. Defendemos a sociedade, enquanto que o sindicato defende determinada categoria de trabalhadores. Não somos associação e sim um poder de polícia na fiscalização. Não podemos delegar as nossas funções de fiscalização; 2) as emendas à MPV 873/19 estão inserindo assuntos estranhos ao objetivo da mencionada medida provisória, são os chamados “jabutis constitucionais” ou “contrabando legislativo”; 3) o Presidente da República é o agente que edita a Medida Provisória; 4) Pressupostos para se editar uma MP: relevância; urgência, limite material, seguir o disposto na Resolução nº 01/2002 do Conselho Nacional de Justiça, não pode contrariar a jurisprudência do STF, controle repressivo pelo judiciário (ADIN), inadequação financeira e orçamentária e competência; 5) no nosso entendimento, a MPV 873/2019 não atende os requisitos de relevância e urgência; 6) Limites Materiais: não é qualquer assunto que possa ser objeto de Medida Provisória, como por exemplo, temas ligados ao Direito Penal não pode ser matéria de MPV; 7) uma vez editada a MPV, esta tem eficácia de força de lei. Todavia, precisa ser convertida em lei num prazo máximo de 60 dias prorrogado por mais 60 dias. No caso da MPV 873/2019, esta vence em 29/04 e com a prorrogação vai para 29/06 (120 dias).</p> <p>Presidente do CREA – DF, Eng. Civ. Maria de Fátima Ribeiro Có: parabenizou o Igor pela explanação quanto a MPV nº 873/2019. Disse que o Crea-DF fez uma nota técnica sobre o assunto e entregou para análise do jurídico do Regional. Sugeriu ao Presidente</p>	

	Joel que fizesse uma Nota Técnica padronizada explicando juridicamente a questão da obrigatoriedade ou não da anuidade.	
4.15	<p>ASSUNTO: Informes do Pres. do Crea-CE</p> <p>RELATOR: Eng. Civ. Emanuel Maia Mota</p> <p>Falou da necessidade de se fazer uma ação mais política. Na sua opinião, deveríamos reduzir os valores de anuidades e aumentar os de ART. Faz-se necessário dar mais publicidade aos profissionais e alunos quanto à questão de EAD. Orientar, esclarecer melhor sobre os cursos nas áreas da engenharia e agronomia.</p>	
4.16	<p>ASSUNTO: Informes da Pres. do Crea-RS</p> <p>RELATORA: Eng. Civ. e de Seg. do Trab. Alice Helena Coelho Scholl</p> <p>Saiu nas redes sociais uma “Fake News” de que o Crea-RS estava barrando os registros dos egressos dos cursos de EAD. Trata-se de uma matéria fraca e errada, não se sabendo quem foram os seus autores. Alertamos que no Rio Grande do Sul há casos de transferência de alunos de cursos EAD para Universidades presenciais, no final do curso, para que formem como alunos presenciais. É importante que todos os Creas analisem criteriosamente as grades curriculares desses egressos.</p>	
4.17	<p>ASSUNTO: Informes do Pres. do Crea-MS</p> <p>RELATOR: Eng. Agr. Dirson Artur Freitag</p> <p>Informou que desistiu da 6ª reunião do CP em Bonito-MS devido à escassez de voos para aquela cidade. Assim, Campo Grande tem mais estrutura e quantidade de voos.</p>	
4.18	<p>ASSUNTO: Informes do Pres. do Crea-AP</p> <p>RELATOR: Eng. Civ. Edson Kuwahara</p> <p>Informou que teve uma audiência com o Senador Davi Alcolumbre e outros parlamentares e que ficou bastante otimista quanto ao apoio deles para o caso das emendas da MPV nº 873/2019 contrárias às pretensões de nosso Sistema Confea/Crea e Mútua. Pediu ao Pres. Joel que abra exceções na emissão de passagens e diárias nos casos de urgência quando o parlamenta agenda de última hora a audiência para conversar sobre uma determinada matéria de nosso interesse. Por exemplo, a Mútua já cedeu duas vezes passagens e diárias para o representante do Crea-AP vir participar de reunião urgente com o Presidente do Senado ou outro parlamentar.</p>	
4.19	<p>ASSUNTO: Informes da Assessoria Parlamentar</p> <p>RELATOR: Dr. Guilherme Alvarenga Cardozo</p> <p>Fez uma breve apresentação discorrendo sobre as anuidades dos conselhos profissionais; ações parlamentares junto ao Congresso Nacional; Emendas nºs 166 e 167 da MPV 873/2019; Projeto de Lei nº 1885/2019 do Deputado José Medeiros (Podemos-MT) e Ideia Legislativa nº 28/2018 – Senado Federal com 27.069 apoios. Informou que há bons apoios a nossa causa, por exemplo o PC do B e vários deputados e senadores. O Dep. Leônidas ficou muito contente com a ação parlamentar de ontem, especialmente pela presença de muitos presidentes de Creas. Sugeriu que uma estratégia importante por parte dos presidentes dos Creas seria a de irem diretamente nos líderes dos partidos. São ao todo 514 Emendas à MPV 873/2019, sendo que as de números 166 e 167 desobrigam o pagamento de anuidades nos conselhos profissionais. O Conselho, que é formado pelo Confea e outros 17 Conselhos Profissionais, irá visitar as lideranças dos partidos.</p> <p>Os Presidentes dos Creas BA, RO e MG, como também o Presidente da Mútua, falaram que estão elaborando estratégias para reuniões com as lideranças dos partidos, como também, com os deputados e senadores das bancadas dos seus estados.</p> <p>O Pres. do Crea-GO, Eng. Agr. Francisco Antônio Silva de Almeida, posicionou-se contrariamente às estratégias até o momento propostas nesta reunião, sugerindo que se deve procurar os assessores dos deputados e senadores e lhes entregar uma Nota Técnica do</p>	

	<p>Confea com as nossas aspirações. O acesso direto aos parlamentares é complicado, e muitas vezes quando eles nos recebem, não dão muita importância aos nossos pleitos, seja por falta de esclarecimentos seja por desinteresse. Indo para os assessores bem explicadinho, estes têm maiores oportunidades de convencimento junto aos parlamentares. Sugeriu, ainda, que o Confea faça uma pressão junto à Casa Civil para retirar as emendas que nos prejudica e, assim, não tramitariam pelas comissões e plenários das duas casas do Congresso Nacional.</p> <p>O Coordenador Nacional Adjunto, Eng. Agr. Wolney Costa Parente Júnior, concordou com a proposta em se fazer pressão junto à Casa Civil.</p>		
4.20	<p>ASSUNTO: Informes do Pres. do Crea-SE</p> <p>RELATOR: Eng. Agr. Arício Resende Silva</p>		
<p>Está tentando agendar uma reunião com um determinado deputado federal, mas não consegue devido a Marcha dos Prefeitos que ora acontece em Brasília. Sugeriu como estratégia para a ação parlamentar que ocorrerá amanhã no Congresso Nacional, que visitemos umas cinco lideranças de partidos.</p>			
<p>5 - LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PAUTA</p>			
5.1	ASSUNTO:	<p>Pauta da Primeira Reunião Extraordinária do Colégio de Presidentes, – Brasília - DF, no período de 10 a 11 de abril de 2019.</p>	
	INTERESSADO:	<p>Colégio de Presidentes – CP.</p>	
	ENCAMINHAMENTO:	<p>Aprovada por unanimidade.</p>	

DATA: 11 de abril de 2019

No período matutino os Presidentes dos Creas foram participar da Ação Parlamentar, conjuntamente com a Assessoria Parlamentar do Confea e outros assessores do Confea, numa agenda previamente agendada da seguinte forma: 1 – Sen. Zenaide - 8h – (Crea_RN); 2 – Dep. Celso Sabino (PA)- 9h (Crea-PA); 3 - Sen. Ciro Nogueira (Crea-DF) – 9h30; 4 – Dep. Damásio (Crea-TO) – 9h30; 5 - Dep. Marcelo Ramos – 10h (Crea-AM);

6 – Sen. Plínio Valério – 10h30 (Crea-AM); 7 - Sen. Luís do Carmo – 10h30 (Crea-DF);

8 - Dep. Tereza Nelma – 11 h (Crea-AL); 9 - Dep. João Roma – 11h (Crea-BA); 10 - Sen. Leila do Vôlei – 11h (Crea-DF); 11 – Dep. Renildo Calheiros – 11h30 (Crea-PE); 12 – Dep. Rafael Mota (Crea-RN) – qualquer hora; 13 – Dep. Arthur Lira (Crea-AL) – qualquer hora.

No período vespertino, por volta das 14h20, a assembleia voltou a se reunir no Plenário do Confea e, após a abertura dos trabalhos pelo Coordenador Nacional do CP - Eng. Civ. Antônio Carlos de Aragão, houve as seguintes manifestações:

Presidente do CREA-TO Eng. Civ. Marcelo Costa Maia: Requereu ao Coordenador Nacional que insira na pauta da 2ª Reunião em Palmas-TO, esta ocorrerá de 8 a 10 de maio do corrente ano, uma visita técnica à Feira de Tecnologia Agropecuária – AGROTINS, este ocorrerá de 7 a 11 também no mês de maio.

O Coordenador Nacional. Pres. Aragão, comprometeu-se em inserir tal visita técnica na pauta, conforme solicitado pelo Pres. Marcelo, na parte da tarde do dia 10/05 (sexta-feira). Em seguida abriu a palavra para os presentes, podendo serem trazidos outros assuntos, porém sem que haja apresentação e aprovação de propostas.

Após várias perguntas advindas dos presidentes de Creas, o Procurador do Confea, Dr. Igor Garcia, respondeu: 1) na reunião de julgamento das diárias ontem à tarde, não durou nem cinco minutos, o Ministro Relator Weder de Oliveira, não fez qualquer menção à cautelar que fala que o Confea e os Creas têm de seguir o Decreto que regulamenta os valores de diárias na administração pública federal. Converteu o processo em Tomada de Contas Especial, para apurar responsabilidades de possíveis irregularidades, mantendo o processo na mesma situação,

sem qualquer decisão. Voltamos à estaca zero; 2) jeton e diária têm caráter indenizatório. O jeton não é uma remuneração ao agente público, mas o que esse agente gastar para vir para a reunião irá receber como indenização. Diária = alimentação+hospedagem+transporte. Jeton = o que o agente público deixou de ganhar; 3) o TCU não tem entendimento firmado quanto ao jeton ser pago conjuntamente com diária. Só se paga jetons para participações em reuniões deliberativas e como representações em reuniões; 4) pagamentos indiscriminados e excessivos de jetons e diárias dão problema junto aos órgãos de controle; 5) sugeri aos presidentes de Creas que não paguem jetons ou diárias acima dos valores praticados pelo Confea; 6) a verba de representação também é uma opção a ser usada pelos presidentes dos Creas. Não há clareza jurídica se esta verba poderia ser usada numa reunião institucional, evento.

Gerente Renato Barros da GTI: Reportou-se à situação dos profissionais no SIC. Disse que já enviou várias correspondências aos Creas sobre o assunto, pedindo que sejam atualizados os dados dos profissionais. Esclareceu que os técnicos têm de migrar, ou seja, os Creas devem dar baixa desses profissionais no SIC ou fazer a adequação.

Pres. do Crea-PE, Eng. Civ. Evandro de Alencar Carvalho: trouxe à tona os debates acerca da Proposta CP nº 08/2019 que trata da inclusão de programa de Engenharia e Agronomia nos PPAs do Governo Federal e Governos Estaduais para atuação em obras ou serviços estruturadores de cada Estado da Federação. Quanto à indicação das quatro obras por Regional para os PPAs, disse que cada Crea deve escolher da melhor forma que lhe convier. O importante é que tais indicações ocorram dentro do prazo.

Pres. Crea-RN, Eng. Civ. Ana Adalgisa Dias Paulino: propõe como estratégia, que se procure antes os Governadores dos Estados ou o Gabinete do Presidente da República para se fazer a articulação nas escolhas das quatro obras a serem indicadas para o PPA.

Pres. CREA – AP, Eng. Civ. Edson Kuwahara: como estratégia, sugeriu uma articulação política com as casas civis dos governadores e do presidente da república. Fica difícil no Crea-AP consultar todos os profissionais as obras mais importantes para o PPA. Seria mais fácil ficar em nível de entidades, câmaras ou dentro do Crea (funcionários, assessores, diretores).

Pres. CREA – BA, Eng. Civ. Luis Edmundo Prado de Campos: falou que tem de se levar em consideração qual a missão do Sistema Confea/Crea e Mútua. Levantou a dúvida se pode usar dinheiro do Crea para investir numa consulta aos profissionais acerca da indicação das obras para PPA.

Pres. CREA – MA, Eng. Eletric. Berilo Macedo da Silva: disse que é favor de que os profissionais devem ser ouvidos quanto à indicação de obras para o PPA. Todavia, tem consciência da dificuldade em se fazer isso. O PPA é um planejamento para quatro anos e depende de recursos que são definidos na LOA. Deve haver a garantia de que as obras possam ser realmente executadas.

Pres. CREA – MT, Eng. Agr. João Pedro Valente: falou que devemos, sim, envolver os profissionais na escolha dessas obras. Todavia, teria de ter algum atrativo para motivá-los.

O Cons. Delgado, conjuntamente com os Presidentes dos Creas MT e MS informaram acerca da assinatura de um convênio entre estes Regionais para transferência de tecnologia de software e-social, do Crea-MS para o Crea-MT.

6. ASSUNTOS EXTRAPAUTA

Não houve a inserção de assuntos extrapauta, uma vez que a reunião extraordinária dispôs exclusivamente sobre a MPV nº 873/2019 e suas emendas e alguns informes.

7. ENCERRAMENTO

O Coordenador Nacional do Colégio de Presidentes, Eng. Civ. Antônio Carlos de Aragão, agradeceu a participação de todos, desejando um feliz regresso às suas cidades.

Nada mais havendo para discutir e havendo sido encerradas as discussões dos temas pautados o Coordenador finalizou por volta das 17h a Primeira Reunião Extraordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/ Crea/Mútua do ano de 2019.

Esta súmula foi aprovada na 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes na cidade de Palmas – TO.

Palmas - TO, 8 de maio de 2019.

Eng. Civ. Antonio Carlos de Aragão
Presidente do Crea-PB
Coordenador do Colégio de Presidentes

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA







Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos de Aragão (322.339.064-20)**, **Usuário Externo**, em 24/05/2019, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0203926** e o código CRC **56692FCC**.

Referência: Processo nº CF-00399/2019

SEI nº 0203926